



3º Encontro de Pesquisa  
em Informação e Mediação

unesp



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA



### III ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (III EPIM)

#### INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO EM ARQUIVOS DE MUSEUS

Priscila Maria de Jesus - Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
Érica Cristina Pereira de Souza - Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
Ingyrd Maria de Aquino Cardoso - Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
Cristina de Almeida Valença - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

#### Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

**Resumo:** O presente artigo consiste em um apontamento inicial sobre o papel dos arquivos dentro das instituições museais, analisado na dimensão da documentação e da mediação, bem como os processos para a sua preservação. Destaca as sistemáticas adotadas pelos arquivos e pelos museus no trato dos seus objetos, que apresentam particularidades e diferenças que devem ser respeitadas e analisadas para o entendimento do processo de gestão da informação e documental praticadas no âmbito institucional. A relação dos procedimentos que alimentam os arquivos, aqui entendido, como de cunho museológico e suas particularidades, passam pela gestão administrativa e técnica do museu, resulta em uma série de documentos que servem de base para os processos comunicacionais do museu, a exemplo de exposições, material gráfico e redes sociais. Para entender essa dinâmica adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, com um enfoque analítico das referências que discutem o tema. Essa análise passou pela compreensão da sincronicidade entre as ações que os arquivos e os museus desempenham na geração da informação para a sociedade. As discussões permitiram compreender os pontos de intersecção entre as áreas da Museologia e Arquivologia, bem como suas contribuições, que permitem um olhar diferenciado nos processos de tratamento, gestão e mediação cultural.

**Palavras-Chave:** Documentação; Comunicação; Musealização; Gestão.

#### *INFORMATION AND MEDIATION IN MUSEUM FILES*

**Abstract:** This article consists of an initial note on the role of archives within museum institutions, analyzed in the dimension of documentation and of mediation, as well as the processes for their preservation. It highlights the systematics adopted by archives and museums in the treatment of their objects, which present particularities and differences that must be respected and analyzed in order to understand the information and document management process practiced at the institutional level. The list of procedures that feed the archives, here understood, as museological and their particularities, pass through the administrative and technical management of the museum, resulting in a series of documents that serve as a basis for the museum's communicational processes, such as exhibitions, graphic material and social networks. To understand this dynamic, qualitative research was adopted as a methodological procedure, with an analytical focus on the references that discuss the theme. This analysis involved understanding the synchronicity between the actions that archives and museums perform in generating information for society. The discussions made it possible to understand the points of intersection between the areas of Museology and Archivology, as well as their contributions, which allow a different look at the processes of treatment, management and cultural mediation.

**Keywords:** Documentation; Communication; Musealization; Management.

### ***INFORMACIÓN Y MEDIACIÓN EN LOS ARCHIVOS DEL MUSEO***

**Resumen:** Este artículo consiste en una nota inicial sobre el papel de los archivos en las instituciones museísticas, analizado en la dimensión de documentación y de mediación, así como los procesos para su conservación. Destaca la sistemática adoptada por archivos y museos en el tratamiento de sus objetos, que presentan particularidades y diferencias que deben ser respetadas y analizadas para comprender el proceso de gestión de la información y los documentos que se practica a nivel institucional. El listado de trámites que alimentan los archivos, aquí entendido, como museológicos por su naturaleza y sus particularidades, pasan por la gestión administrativa y técnica del museo, dando lugar a una serie de documentos que sirven de base a los procesos comunicacionales del museo, tales como exposiciones, material gráfico y redes sociales. Para comprender esta dinámica se adoptó la investigación cualitativa como procedimiento metodológico, con un enfoque analítico en los referentes que discuten el tema. Este análisis implicó comprender la sincronidad entre las acciones que realizan los archivos y los museos en la generación de información para la sociedad. Las discusiones permitieron comprender los puntos de intersección entre las áreas de Museología y Archivología, así como sus aportes, que permiten una mirada diferente a los procesos de tratamiento, gestión y mediación cultural.

**Palabras-Clave:** Documentación; Comunicación; Musealización; administración.

## **1 INTRODUÇÃO**

A relação da Museologia com a Ciência da Informação pode se manifestar na relação com os estudos sobre a documentação de acervos e coleções. Pautada por técnicas próprias que buscam atender as especificidades dos objetos que compõem as exposições museais, a prática da documentação na Museologia precisa levar em conta a forma (bi ou tridimensional), o suporte (tangível ou intangível), bem como particularidades quanto ao tipo (indumentária, livros, fotografias, numismática, mobiliário, entre outros).

Para além dos objetos que compõem o acervo da instituição museológica, há um outro tipo de acervo que demanda atenção, são os documentos nos arquivos dos museus. Esses documentos, resultante de práticas diversas, refletem não apenas a memória institucional, mas, a depender do tipo, dão suporte ao conteúdo que é extrovertido por meio de exposições e sites.

Ao serem recolhidos e gerados como prática dos museus, os documentos passam a contar a história desse espaço e suas ações, assim, demandando uma série de ações e procedimentos que objetivem a sua preservação e arquivamento por parte do museu, resultando em sua gestão documental.

Para Usillos (2010, p. 157), “aplicando la gestión documental se consigue normalizar los procedimientos, eliminar duplicados, anticipar la clasificación, identificar las series con denominaciones propias, controlar la conservación física...”. Desta forma a gestão desses

documentos se apresenta como um mecanismo essencial para o bom funcionamento de uma instituição ligada à Ciência da Informação.

O presente estudo consiste em uma discussão inicial sobre a gestão documental dos arquivos de museus, no que tange a sua relação com os processos de pesquisa, documentação e comunicação, que ocorre a partir do projeto *Memorabilia: estudo da documentação fotográfica do Museu do Homem Sergipano*, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas Científicas (PIBIC/Vol), no período 2020/2021.

Tem por objetivo compreender a gestão de arquivos em museus a partir do ponto de vista da Museologia, tendo os documentos como suportes da informação que, juntamente com os objetos de museu, possibilitam o desenvolvimento das práticas curatoriais.

Por metodologia optou-se por uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo por método a análise dos textos levantados a partir de buscas realizadas em plataformas como o Portal de Periódico Capes, Scielo e Google Scholar, por meio da utilização dos indexadores: “arquivo” AND “museu”; “Gestão da informação” AND “Museu”; “Documento” AND “Museu”. Optou-se pelos textos publicados a partir de 2018, destes, eram analisados a partir do resumo, aqueles que apresentavam uma discussão próxima ao tema pesquisado o tratamento da informação e a mediação em arquivos museais. Para além, utilizou-se artigos, livros e sites para a complementação das discussões pretendidas.

As discussões partem do espaço do museu e a compreensão dos arquivos a partir da lógica tanto museal quanto arquivística para compreender as ações desempenhadas por estas instituições. Cabe ressaltar que mesmo apresentando processos e práticas distintas, há também relações em suas missões e procedimentos técnicos. Destaca-se que não se tenciona que o profissional de museu assuma as funções inerentes ao profissional de arquivo, no entanto, há uma necessidade de compreensão de suas atividades e normatizações, para uma melhor sincronização das ações dentro da instituição.

Em relação aos processos de medição e comunicação dos documentos, sejam de arquivos ou de museus, sua gestão passa pelo desenvolvimento de ações técnicas, que para Mateos Rusillo (2012, p. 19) consiste em “tres grandes áreas funcionales de gestión: la investigación, la conservación y la comunicación global”, que serão abordados em seguida, a partir da investigação em curso que suscitou o presente artigo.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O museu é uma instituição que desenvolve ações ligadas ao processo de musealização a exemplo da conservação, investigação e comunicação, na qual o objeto preservado passa pelas etapas de estudo, educação, pesquisa e contemplação organizados e disponibilizados para o público (JESUS, 2020). Embora a musealização apresente procedimentos sistemáticos, esses não são imutáveis. No entanto, o seu desenvolvimento de forma sequenciada permite alcançar melhores resultados, quando dos processos de extroversão para a comunidade.

Esse objeto, ao passar pelo processo de musealização, adquire o *status* de documento ou objeto museológico, que para Mairesse e Desvallées (2013, p. 68) consiste em “um ‘objeto de museu’ é uma coisa musealizada, sendo ‘coisa’ definida como qualquer tipo de realidade em geral”, ou seja, é aquilo que deixou de exercer uma função para o qual foi criado e se inseriu em uma lógica de representação distinta, na qual o seu uso ou sua aplicação não é o foco, mas sim o que ele representa dentro de um sistema próprio da musealização. Essa lógica atende a critérios de representatividade, formação de identidades locais e nacionais, memórias, na qual se seleciona aquilo que será lembrado a partir dos processos curatoriais, no qual resultam as exposições e naquilo que será esquecido.

Os documentos gerados por e para a construção dessa lógica, passam por determinadas análises das quais se derivarão as informações intrínsecas e extrínsecas necessárias para a construção dos processos de informação e compartilhamento com os visitantes.

Ao ser pesquisado, o documento permite a extração das informações intrínsecas e extrínsecas, ao mesmo tempo que novos usos e significados podem ser construídos. O documento é suporte que evidencia algo a alguém e que, ao passar por um processo técnico específico, manifesta seu potencial informativo. Ele é o meio que nos traz a informação e, assim, permite que o indivíduo produza conhecimentos diversos (PADILHA, 2014, p. 14).

Nessa perspectiva Loureiro (2019) destaca que, apesar da relação entre a Museologia e a Ciência ser recente, ela fortalece a noção de objeto de museu como documento, sobretudo a partir dos estudos do ICOFOM. Loureiro (2019, p. 28) afirma que “abordar o objeto de museu como documento não significa, necessariamente, defender a busca de qualquer particularidade que o diferencie em essência dos demais documentos, mas simplesmente em reconhecê-lo, tratá-lo e pensá-lo a partir dessa premissa”.

Mas, embora essa relação da Museologia com a Ciência da Informação seja estreita, sobretudo quando se parte para os estudos de documentação em museus, pode-se questionar o papel dos arquivos dos museus como objeto de informação e objeto de museu, que apresentam, em grande parte, materiais de exposições realizadas, pesquisas de comunidades, entre outros. Como conjunto documental, os arquivos provenientes de instituições museológicas apresentam duas vertentes de formação: os documentos resultantes da pesquisa das coleções museológicas ou para compor exposições; ou decorrente do registro das atividades administrativas diárias desempenhadas na instituição que contém informações do ciclo de vida dela. Enquanto instituição, os museus e os arquivos possuem ações em comum, embora regidos por normas, profissionais e conhecimentos distintos.

Para o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o museu está a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento (ICOM, 2015), ou seja, as instituições museológicas assumem uma função social, exercendo o papel assertivo na disseminação histórica, cultural e educativa na sociedade. Desse modo, a concepção de diversas tipologias museológicas se faz necessário acerca da sua abrangência à inclusão do conjunto de bens materiais culturais, podendo assim, classificar os diversos tipos de acervos.

No museu, os objetos de tipologia variada são estudados, analisados e expostos para fruição e educação dos seus públicos. No arquivo, os documentos que o constituem também são investigados, examinados e apresentados, sobretudo, com o fito particular de constituírem prova ou informação sobre um determinado evento (RUIVO, 2019, p. 17).

O museu se constitui em uma estrutura organizacional na qual a gestão de documentos é indispensável para administrar o acervo museológico, mas também o seu arquivo. A relação entre o museu e o arquivo não se limita apenas ao valor histórico e patrimonial condicionado aos documentos existentes, mas na correlação das diversas funções que eles podem gerar no tratamento da informação (RUIVO, 2019).

No museu, a documentação museológica é destinada ao tratamento da informação em todos os aspectos, desde o registro da chegada do objeto na instituição até a produção de catálogos. Com isso, são organizadas atividades a fim de realizar a pesquisa, tratamento e armazenamento dessas informações.

A documentação é um instrumento de preservação e comunicação, sendo uma das principais fontes de informação, o seu registro é essencial pois “as informações resgatadas no

momento da formação da coleção são preciosas, pois indicarão detalhes biográficos do item que, se não forem registrados, perder-se-ão no tempo” (YASSUDA, 2009, p. 22).

De acordo com Almeida (2016), os arquivos e os museus são categorizados como instituições de memória que têm como objetivo principal o aprimoramento cultural, aquisição de conhecimento, a educação não formal e a pesquisa, mas que utilizam estratégias diferentes para interagir e alcançar os seus usuários, devido à natureza de suas coleções, às características, interesses e motivações de seu público respeitando a formação acadêmica e profissional de cada grupo, contribuindo para a circulação da informação.

O tratamento da informação nas áreas da Ciência da Informação e suas instituições passam a receber denominações diferentes, ou até a mesma denominação com sentido diferenciado. Segundo Almeida (2016) o estudo sobre as normas de descrição arquivística surgiram tempos depois das normas internacionais bibliográficas e museográficas, tendo como objetivo a promoção do acesso ao conteúdo do material do arquivo. Desse modo, o registro documental adquire padrões diferentes para objetos e materiais bibliográficos, independente do suporte, o documento tem forma e função, as suas características é que vão designar a sua funcionalidade de salvaguarda na instituição.

Em museus, usa-se mais frequentemente o termo documentação para o conjunto que envolve a catalogação, a classificação e os registros de pesquisa propriamente ditos sobre a obra de arte ou o objeto; em bibliotecas, chama-se de processamento técnico ou de tratamento da informação o conjunto de atividades que envolvem a catalogação, a classificação e a indexação do material e em arquivos, dá-se preferência a termos como inventário, arranjo, descrição e classificação (ALMEIDA, 2016, p. 165).

De acordo com Morris (2006), dentro do museu existem três características que empregam o termo arquivo: 1) documentos que independente do formato criado ou recebido por uma pessoa ou uma organização durante uma conduta de negócio e preservado por conter informações relevantes contínuas; 2) registro exigido periodicamente pelos responsáveis sobre a estrutura física do espaço; e 3) documento exigido para a aquisição, preservação e disponibilização de materiais arquivísticos solicitados pela agência ou programa responsável por essa seleção.

Desse modo, os arquivos passam por uma avaliação na proposta de separar os documentos de valor informacional relevante, dos que não possuem tanta significância para a instituição, a exemplo de documentos duplicados e rascunhos de publicações. Em suma, os registros produzidos pelo museu que incluem atas de reunião, documentos legais, fotografias,

documentação de exposição e evento, materiais de áudio visual e folhetos e catálogos se tornam indispensáveis para a memória do museu, por possuir um valor documental cultural para a instituição. Segundo Ruivo (2019), no museu o arquivo é atribuído a conservação das informações:

Através desta perspectiva, colocamos a hipótese de que o lugar do arquivo no museu é o de material custodiado, assumindo-se o museu como instituição custodiante no sentido de ser o “lugar” físico onde a documentação arquivística se encontra depositada e conservada (RUIVO, 2019, p. 24).

Assim, o museu e seu arquivo desenvolvem atividades de cunho informacional de forma integrada e não isolada, no qual o arquivo criado serve para alimentar, em alguns casos, os processos curatoriais existentes na instituição. O acesso à informação, em todas as suas múltiplas formas, que na área da Museologia estão diretamente ligadas com o setor de comunicação (*folders, papers, exposições, textos expositivos, catálogos, sites, redes sociais, entre outros*), integram de forma que o gerenciamento e desenvolvimento dos conteúdos criados *por e para* o museu, alcance um amplo público.

Para que se haja uma compreensão, primeiramente é necessário se atentar ao lugar de execução que o arquivo e seus documentos ocupam no museu. Como já mencionado anteriormente, são diversos documentos que a instituição possui, na proposta de preservar tais informações, a digitalização pode ser uma opção adotada pela instituição, não apenas com fins de salvaguardar uma cópia digital desses registros, mas também apoiar suas práticas comunicacionais. Embora os processos de digitalização permitam uma preservação dos documentos a partir da sua conversão do formato físico para o digital, possibilita, também, sua extroversão para além da visita *in loco*. Desta forma, o que deve ser questionado e debatido sobre arquivos nos museus, para além da sua presença e formas de tratamento, consiste, também, em suas perspectivas enquanto a sua função documental e preservacionista.

Destaca-se que no que se refere ao arquivo e museu, o seu lugar e conteúdo se combinam, embora sejam objetos de estudo diferentes. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), define arquivo como “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza dos suportes” (CONSELHO, 2006, p. 14).

Toda e qualquer instituição privada ou pública, pessoa física ou jurídica, produz informações, tendo que armazenar ideias desenvolvidas, projetos, finanças etc. Nesse sentido o arquivo e sua área do conhecimento, a Arquivologia, desenvolvem ações e procedimentos que busquem não apenas a preservação da informação, por meio da sua memória administrativa, mas também toda uma implementação de uma política de gestão desses documentos para a instituição a que faz parte:

é necessária a preocupação com a organização de arquivos e a preservação de produção de documentos de valor permanente, que desenvolvam e apliquem uma política de gestão de documentos e se preocupem com as informações que serviram para os centros de memória e preservem a cultura da instituição (FEITOZA; DUARTE, 2020, p. 207).

As funções básicas de um arquivo e de uma instituição museal cruzam-se, já que algumas modalidades são idênticas a exemplo da salvaguarda, conservação e o trato da informação, as duas modalidades trabalham com o duo história e memória, trazendo conhecimentos e benefícios para a sociedade.

Os arquivos apresentam três fases da vida, ligada à teoria das 03 idades, de documentos: o **arquivo corrente** que refere-se a documentos que são consultados com frequência e possuem um valor primário; o **arquivo intermediário** ou segunda idade referindo-se a documentos consultados com pouca frequência ou armazenamento temporário e que ainda possuem um valor primário; e os **arquivos permanentes** ou da terceira idade que são arquivos com valor histórico e documental, não possuindo mais seu valor administrativo (MIRANDA, 2010).

O processo de catalogação de um acervo museológico deve ser muito bem estudado por conta de sua diversidade de tipologias, coleções e materiais que vão desde obras de artes e vestimentas à objetos metálicos e em papel, uma ficha institucional deve ser uniforme e completa para que suporte as informações de qualquer um destes tipos de objeto.

la gestión de documentos de archivo debe contemplar el establecimiento de políticas y normas generales, que incluya la asignación de responsabilidades y competencias, estableciendo procedimientos y directrices concretos, en relación con los servicios relacionados con su gestión y uso (USILLOS, 2010, p. 157).

Já quando se trata com relação a empréstimos de acervo/documento pode-se verificar informações idênticas onde o documento gerado para o empréstimo é composto com

informações como identificação de documento, classificação ou pasta que ele pertence, nome do requisitante e o setor, a assinatura do empréstimo e devolução.

A preservação e descarte dos acervos e documentos arquivísticos possuem uma leve divergência, quando se trata de uma instituição museológica. A aceitação de uma nova peça ou descarte da mesma vai de acordo com o Plano Museológico da instituição, que segundo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) trata-se de “uma ferramenta de gestão estratégica para museus. Trata-se de um documento que define conceitualmente a missão, a visão, os valores e os objetivos da instituição, e alinha, por meio de um planejamento estruturado e coerente, seus programas, seus projetos e suas ações” (INSTITUTO, s/a, p. 01). Em parte, o descarte de arquivos deve ser feito com um Plano de Destinação de Documentos:

O Plano é o conjunto de instrumentos que permite que, em decorrência da avaliação, se encaminhe os documentos à guarda temporária ou permanente, à eliminação. Instruções e formulários para de eliminação, transferência de documentos entre arquivos e recolhimento, tabelas de temporalidade e manuais de aplicação são alguns dos elementos que constituem um plano (MARTINS, 2005, p. 27).

Há uma ligação singular e equilibrada entre o processo de preservação das duas áreas que estão sendo apresentadas neste texto, a preservação de documentos e diversos acervos museológicos “é o conjunto de medidas adotadas visando proteger, conservar ou restaurar” (MIRANDA, 2010, p. 8). Diante de todos os fatores, na conservação dos documentos e acervos, “vários elementos devem ser evitados, pois tendem a danificar ou acelerar sua degradação. Podemos destacar estes elementos em três grandes grupos: físicos, químicos e biológicos” (MIRANDA, 2010 p. 8).

Nos três grupos de preservação pode-se dizer que os elementos físicos estão relacionados ao local onde o acervo/documento está alocado, tratando-se em sua grande maioria de questões como umidade, luz e temperatura. Os elementos químicos são os que ajudam no processo de degradação do acervo como a poeira, poluição ambiental, objetos metálicos, maresia, alto grau de acidez, etc. E no último grupo temos os fatores biológicos com as pragas, insetos, microrganismos, ou até mesmo o próprio ser humano (MIRANDA, 2010). Assim, a gestão da documentação em arquivos e museus se insere em uma cadeia que vai muito além do objeto físico ou digital em si, e dos profissionais da informação, passando por questões outras para além da documentação, como a conservação e a comunicação.

A digitalização de acervos e arquivos é algo que se pode chamar de atual, trazendo mais segurança tanto para os arquivos históricos e institucionais, quanto para os acervos bidimensionais e tridimensionais, permitindo uma comunicação variada através de mecanismos que existem nos dias de hoje na internet como exposições virtuais e realidade virtual. Segundo Fanea-Ivanovici e Panã (2020, p. 37993) a digitalização “garantiria então, melhor armazenamento e arquivamento para fins de preservação e disponibilidade, tanto para pesquisadores quanto para visitantes.”

Com tantas propostas de um novo modo de salvaguarda que é a digitalização desenvolvida com a Indústria 4.0, há a questão que se trata do que exatamente é um objeto digital? Segundo Hui (2016) o objeto digital ocupa sua própria categoria, que então é continuamente articulada dentro de estruturas de valor, materialidade e autenticidade formadas e enraizadas no físico. Assim, “Para profissionais do museu, o objeto do museu digital é onipresente em sua existência... é possível descrever verdadeiramente a essência de um objeto que não podemos tocar ou segurar em nossas mãos?” (MEEHAN, 2020. p. 01).

Um objeto de museu digital ou um documento digitalizado é algo capturado no tempo “sua interface não envelheceu, mesmo que seus bits e bytes o façam. Mas isso não significa que não possa ser danificado, quebrado ou perdido, assim como o físico” (MEEHAN, 2020. p. 7). A dicotomia entre o tipo de suporte mais efetivo apresentada entre físico e digital, já não tem mais espaço, sobretudo com o fechamento das instituições e isolamento social iniciada em 2020 por conta da pandemia de Coronavírus, a persistência em afirmar que ter o objeto físico é o melhor, deixando o digital de lado, dando ênfase ao que se pode tocar, mostrou a fragilidade das instituições em seus processos de digitalização e virtualização da informação, pois a internet é a prova de que você pode viajar o mundo inteiro mesmo estando em sua casa.

Muitas plataformas disponibilizam visitas virtuais por instituições físicas e/ou virtuais, acesso a bibliotecas e documentos para visualização em sua tela. Este é o mundo tecnológico e digitalizado que temos em nossas mãos em apenas uma tela de smartphone com o desenvolvimento acelerado da Web 4.0.

Para a compreensão das funcionalidades do arquivo dentro de instituições culturais como os museus, autores como Hannesh e Granato (2013) ressaltam que espaços dessa natureza tendem a apresentar a necessidade da existência de um arquivo não só para dar organicidade aos elementos referentes ao acervo com a prática da documentação,

preservação e guarda do acervo, mas também por ser uma unidade organizacional, e como tal, gera uma série de documentos administrativos e, conseqüentemente, um acervo arquivístico. Eles discutem que os documentos gerados nos museus são fruto das atividades de gestão, planejamento, das ações que acontecem no dia a dia dessas instituições, afirmam que :

Os documentos de arquivo em um museu, por sua vez, são identificados primeiramente como resultantes de atividades administrativas, do exercício das inúmeras funções de produção de conhecimento, e das ações e relações que se estabelecem entre os indivíduos, grupos internos e externos e com outras instituições (HANNESH; GRANATO, 2013, p. 03).

Independente das discussões que envolvem o valor de patrimônio da documentação produzida nos museus, bem como as classificações advindas do funcionamento distinto de suas funções, percebe-se que emerge desse assunto a necessidade de compreender a importância da prática da mediação cultural a partir dos arquivos de museus. Zammataro e Cavalcante (2020) preveem essa preocupação à medida em que defendem a ideia da ressignificação do papel do arquivista e das novas exigências que a sociedade hodierna pressupõe. Destacam que: "No contexto em que as práticas arquivísticas dizem respeito muito mais ao acesso às informações do que à custódia, é pertinente ressignificar o papel do arquivista, incluindo ações de mediação cultural em suas funções com os arquivos" (ZAMMATARO; CAVALCANTE, 2020, p. 459).

Eles defendem que o profissional que trabalha com informações deve ser crítico e capaz de perceber que esses espaços são produtores de conhecimento, bem como ensinam a desconstrução de máximas e pensamentos absolutos. Nesses ambientes a mediação deve ser colocada em prática para suscitar as reflexões e quebras de paradigmas. Afirmam os autores: "É prudente pensar que um arquivista viabilizaria a comunicação em um processo de mediação cultural, tornando a ação muito além da difusão, ou seja, como produtora de sentidos por parte dos usuários" (ZAMMATARO; CAVALCANTE, 2020, p. 472).

Para os arquivos dos museus não é diferente! A mediação cultural é uma prática que pressupõe a ressignificação dos sentidos do objeto e do documento gerado a partir dele, dando acesso a outras interpretações durante o contato com o visitante/usuário. Ela sugere a troca, o acesso, o contato, análise e redefinição do conhecimento posto. Em meio às discussões para compreender o alcance e a definição da mediação cultural, Davallon (2007) constata inicialmente que a ideia da mediação aparece das discussões teóricas quando se

tenta descrever uma situação ou fato onde houve "inadaptação das concepções habituais da comunicação" e busca através dos princípios da comunicação, filosofia e antropologia um caminho racional para esse entendimento. Suas perspectivas fazem um alerta:

o desenvolvimento do emprego do termo mediação ao longo dos últimos anos mostra de forma bastante clara a necessidade de uma definição de mediação que não seja apenas uma interface, localizado nas ciências da informação e da comunicação, de uma perspectiva antropológica de natureza filosófica (DAVALLON, 2007, p. 21-22).

Ao entender que o processo de mediação é inerente ao campo cultural, Perrotti e Pieruccini (2014, p. 10) destacam que a mediação é uma ação ampla e também produz sentido. Assim, no contato com o novo o sujeito tende a estabelecer novos entendimentos que lhe fazem sentido. Para esses autores mediar: "é um ato autônomo e afirmativo de criação. Do mundo e de sentidos para ele" (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 19).

Como conceito atualmente muito utilizado na área da Ciência da Informação, Rasteli (2019) defende a mediação cultural como um processo de apropriação cultural não linear, conflituoso e complexo. Assevera que o ato de informar não pode ser dissociado da ideia da interferência e apropriação. Nesse entendimento afirma: "a mediação cultural circunscreve-se na complexidade, face ao amplo e diversificado universo da cultura e da informação, submergindo questões várias relacionadas à cultura e informação e aos contextos culturais e sociais por onde se ocorrem os fluxos de informação e cultura" (RASTELI, 2019, p. 140).

Nessa direção, para que os arquivos de museus possam implementar a mediação cultural faz-se necessária a compreensão de que os arquivos são espaços de produção e guarda de uma memória coletiva sejam públicos ou privados, de escolas, museus ou qualquer outra instituição cultural. Então eles carregam em si o potencial para a promoção da cultura, da história e da memória e podem associar às suas práticas intrínsecas e extrínsecas ações que promovam a cultura. As ações culturais promovidas pelos arquivos de museus normalmente se caracterizam pela possibilidade de ampliar as formas de acesso à informação e de proporcionar reflexões, críticas e ressignificações sobre a sociedade, arte e a cultura.

Para Coelho (1999) a ação cultural está associada a presença de um agente cultural que proporciona a mediação entre o produtor e o produto cultural. Para esse autor, ela atua no sentido de minimizar a "incomunicabilidade social" que possa ser suscitada pelas diferenças econômicas, políticas e sociais. Reflete que: "... ação sociocultural, tende a colocar uma pessoa, um grupo ou uma comunidade, em condições de exprimir-se em todos os

aspectos da vida social” (COELHO, 1999, p. 33). Para ele, a ação sociocultural tem a potencialidade de promover “uma reflexão sobre a obra cultural, sobre si mesmo e sobre a sociedade” (COELHO, 1999, p. 33).

Seguindo o mesmo raciocínio, Aldabalde (2015) ao discutir sobre a função do arquivo como instituição em potencial para a promoção da cultura, busca nos escritos da professora Bellotto as orientações que elucidam essa compreensão. Aponta que os serviços culturais dos arquivos podem promover o entendimento sobre o acervo documental como patrimônio. Nessa argumentação, ela não só indica o arquivo como um construtor da memória social, mas também revela que na relação com o usuário/visitante deve-se pensar num atendimento proativo e que sejam previstas programações culturais com a finalidade de tornar conhecido o patrimônio cultural preservado nessas instituições. Afirma que o arquivo: “...pode estabelecer uma programação cultural contribuindo para melhorar as aptidões do cidadão à compreensão do seu passado e da própria sociedade a qual está inserido” (ALDABALDE, 2015, p. 35). Dessa forma, pode-se perceber o arquivo de museu como um espaço promotor da cultura e que permite através do acervo documental a formação de uma consciência sobre a história, memória, e o valor do patrimônio ali preservado.

Não obstante a importância das ações socioculturais promovidas pelos arquivos, bibliotecas e museus, ao olharmos para os arquivos de museus percebemos que são poucos os relatos registrados e publicados para estudo. De acordo com Reis e Santos Jr (2019) as ações culturais nos arquivos ainda são tímidas. Eles lembram que são poucas as políticas públicas que estimulam a aplicação de ações culturais nos arquivos mesmo com a publicação da Lei de Acesso à Informação. Para os autores: “não há políticas que explicitem a importância dos espaços arquivísticos atingirem comunidades, tanto do entorno, quanto as distantes” (REIS; SANTOS Jr, 2019, p. 06). Eles acreditam que isso tem contribuído para o desinteresse dos arquivistas pela promoção das ações culturais como forma de mediação tendo como consequência a diminuição do: “papel do arquivo como agente e transformação social” (REIS; SANTOS Jr, 2019, p. 06).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A relação entre os Museus e os Arquivos a partir dos seus acervos e formas de acesso à informação e mediação, precisam ser mais exploradas dentro do âmbito da Museologia e da Arquivologia, bem como compreender os processos de gerenciamento, preservação e

extroversão dos arquivos de museus. Embora sejam áreas afins, a compreensão de suas particularidades, semelhanças e, sobretudo, diferenças, permitem uma visão mais ampla de seus profissionais e suscita novas interpretações do mesmo.

Mesmo sendo reflexões iniciais sobre o papel que os arquivos desempenham dentro dos espaços museológicos, sua relação com a memória institucional e a geração de informação administrativa e técnica para os museus, constitui-se um uma fonte de informação que precisa ser analisada e processada de forma mais aprofundada e ampla pelos profissionais de museus.

## REFERÊNCIAS

ALDABALDE, T. V. **Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do arquivo público do estado do Espírito Santo**. 2015. 221 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19742>. Acesso em 07 de maio de 2021.

ALMEIDA, M. C. B. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. **Revista Conhecimento em Ação**. v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/rca/article/view/2737>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Conselho Nacional de Arquivos**. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 17 mar. 2021.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política e ação cultural: cultura e imaginário**. 2 ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

COSTA, T. A.; RODRIGUES, M. M. Coleções fotográficas: discussões em torno do processo de intervenção arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 4, p. 24-46, dez./2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3351>. Acesso em: 12 jan. 2021.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com** (Portugual), n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61109>. Acesso em: 24 mar. 2021.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: ICOMBR, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FEITOZA, R. A. B.; DUARTE, E. N. Documentos, arquivo e práticas arquivísticas: bases necessárias à memória no ambiente organizacional. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 7, n. 1, p. 206-227, 13 set. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5420/5014>. Acesso em: 04 mai. 2021.

FREIBERGER, Z. **Gestão de Documentos e Arquivística**. 2012. Curitiba- PR. Disponível em: <http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/Livros%20Curso%20Servi%C3%A7os%20P%C3%BAblicos/M%C3%B3dulo%20Livro%20Gestao%20de%20Documentos%20e%20Arquivistica/Livro%20Gestao%20de%20Documentos%20e%20Arquivistica.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

HANNESCH, O.; GRANATO, M. Acervos arquivísticos em museus: patrimônio a ser preservado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2510?show=full>. Acesso em: 23 mar. 2021.

HUI, Y. **On the existence of digital objects**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016. Disponível em: <https://sgp1.digitaloceanspaces.com/proletarian-library/My-library/Yuk%20Hui/On%20the%20Existence%20of%20Digital%20Objects%20%28Electronic%20Mediations%29%20%28455%29/On%20the%20Existence%20of%20Digital%20Objects%20%28Elect%20-%20Yuk%20Hui.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ICOM – Portugal. **Sobre a proposta da nova definição de Museu**. Disponível em: <https://icom-portugal.org/2019/09/10/sobre-a-proposta-da-nova-definicao-de-museu/>. Acesso em: 26 jan. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. **Plano museológico**. Brasília: s/a. Disponível em: <https://sabermuseu.museus.gov.br/plano-museologico/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

IVANOVICI, M. F.; PANĂ, M. C. From Culture to Smart Culture. How Digital Transformations Enhance Citizens' Well-Being Through Better Cultural Accessibility and Inclusion. **IEEE Access**, v. 8, p. 37988-38000, 2020, doi: 10.1109/ACCESS.2020.2975542. Acesso em: 13 mar. 2021.

JESUS, P. M. La biografía del objeto: Aporte para el estudio de la cultura material en el contexto del museo. **Revista del Museo de Antropología, [S. l.]**, v. 13, n. 2, p. 145–152, 2020. DOI: 10.31048/1852.4826.v13.n2.25521. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/antropologia/article/view/25521>. Acesso em: 25 mar. 2021.

LOUREIRO, M. L. N. M. O Objeto de museu como documento: um panorama introdutório. **Em Questão**, v. 25, n. 1, jan-abr 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/81378>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MARTINS, N. R. Manual Técnico Organização de Arquivos Correntes e Intermediários. **UNICAMP**, março de 2005. Disponível em: [https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/pesquisa/textos\\_tecnicos/organizacao\\_arquivos\\_correntes\\_intermediarios.pdf](https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/pesquisa/textos_tecnicos/organizacao_arquivos_correntes_intermediarios.pdf). Acesso em: 15 mar. 2021.

MEEHAN, N. **Digital Museum Objects and Memory**: Postdigital Materiality, Aura and Value. março de 2021. Disponível em: <https://doi.org.ez20.periodicos.capes.gov.br/10.1111/cura.12361>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MIRANDA, É. C. Arquivologia e Processos Administrativos. **FACON**. Abril de 2010. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/02/arquivologia-e-procedimentos-administrativos.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MORRIS, S. L. Starting from Scratch: How to Create a Museum Archives. **Libraries Research Publications**. 2006 Disponível em: [http://docs.lib.purdue.edu/lib\\_research/45](http://docs.lib.purdue.edu/lib_research/45) Acesso em: 23 fev. 2021.

PADILHA, R. C. Documentação Museológica e Gestão de Acervo. **Coleção Estudos Museológicos**, v. 2. Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/2352-col-estudos-mus-v2-documentacao-museologica-e-gestao-de-acervos>. Acesso em: 12 mar. 2021.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p.1-22, maio./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/19992/17341>. Acesso em: 9 jan. 2020.

RASTELI, A. **Mediação cultural em bibliotecas**: contribuições conceituais. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília: Unesp, 2019. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/rasteli\\_a\\_do\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/rasteli_a_do_mar.pdf). Acesso em: 24 mar. 2021.

REIS, M. S.; SANTOS Jr, R. L. Ação e mediação cultural em arquivos e museus: relações e divergências. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019. **Anais...** Florianópolis-SC: UFSC/ANCIB, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/337111456\\_Acao\\_e\\_mediacao\\_cultural\\_em\\_arquivos\\_e\\_museus\\_relacoes\\_e\\_divergencias](https://www.researchgate.net/publication/337111456_Acao_e_mediacao_cultural_em_arquivos_e_museus_relacoes_e_divergencias). Acesso em: 07 mai. 2021.

RUIVO, T. N. S. E. **O lugar dos arquivos no museu**: traços de uma relação. Universidade de Lisboa. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/41421>. Acesso em: 11 mar. 2021.

RUSILLO, S. M. M. **Manual de comunicación para museos y atractivos patrimoniales**. Gijón: TREA, 2012.

SANTOS, C. A. C. M.; LUZ, C. S.; AGUIAR, F. L. Introdução à organização de arquivos: conceitos arquivísticos para bibliotecários. *In*: **Tópicos para o ensino de biblioteconomia: volume I**. [S.l: s.n.], p. 190, 2016. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002749735>. Acesso em: 20 fev. 2021.

USILLOS, A. G. **Museología y documentación**: criterios para la definición de un proyecto de documentación en museos. Gijón: TREA, 2010.

YASSUDA, S. N. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009.

ZAMMATARO, A. F. D.; CAVALCANTE, L. de F. B. Da custódia à mediação cultural: o papel dos arquivistas. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 30, n. 61, p. 459–477, 2020. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/916>. Acesso em: 24 mar. 2021.